
ACAMPAMENTO PRODUTIVO DOM TOMÁS BALDUÍNO EM FORMOSA-GO: promessas não cumpridas, camponeses(as) à contrapelo

DOM TOMÁS BALDUÍNO PRODUCTIVE SETTLEMENT: unfulfilled promises, peasants on the other hand

Edson Batista Silva

Universidade Estadual de Goiás - UEG
edsonejoyce@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o caráter dissidente/produtivo do acampamento produtivo Dom Tomás Balduino. Para tanto se realizou pesquisa de campo, pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, com localização, levantamento, leitura e fichamento de referências. Além de levantamento de documentos, aplicação de entrevista focal, realização de caminhada transversal, com observação sistemática da paisagem e registro fotográfico. Esse acampamento é um território dissidente porque a despeito do deslocamento das famílias para o imóvel feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. Os camponeses(as) atualmente resistem a violência subjetiva, simbólica, institucional da oligarquia agrária e do Estado brasileiro. São vítimas da negação da política pública de reforma agrária, de promessas não cumpridas de fiscalização do cumprimento da função social da terra. Também instalam práticas espaciais insurgentes, promovem a produção agroecológica, com desenvolvimento da agrobiodiversidade, da soberania alimentar, da autonomia produtiva dos insumos, dos mercados alternativos. O substrato material foi reestruturado, refuncionalizado, com dotação dos princípios, conceitos e condutas inteligentes da agroecologia.

Palavras-chave: Território dissidente. Práticas espaciais insurgentes. Acampamento. Agroecologia.

Abstract

The objective of this article is to analyze the dissident/productive character of the Dom Tomás Balduino productive settlement. For this purpose, field research, documentary research, and bibliographic research were carried out, with location, survey, reading, and annotations of references. In addition to the survey of documents, application of focal interview, carrying out a transversal walk, with the systematic observation of the landscape and photographic register. This settlement is a dissident territory because despite the displacement of the families to the property made by the National Institute of Colonization and Agrarian Reform-INCRA. The peasants nowadays resist subjective, symbolic, institutional violence from the agrarian oligarchy and the Brazilian State. They are victims of the denial of the public policy of agrarian reform, of unfulfilled promises to supervise the fulfillment of the social function of the land. They also install insurgent spatial practices, promote agroecological production, with the development of the agrobiodiversity, the food sovereignty, the productive autonomy of inputs, of the alternative

markets. The material substrate was restructured, re-functionalized, with an endowment of the principles, concepts, and intelligent behaviors of agro-ecology.

Keywords: Dissident territory. Insurgent spatial practices. Settlement. Agro-ecology.

Introdução

Acampar é determinar um momento e um lugar transitório (FERNANDES, 2001). Conforme o autor, o acampamento desafia o sistema político-econômico vigente, se constitui em espaço de luta, de resistência, de mobilização, enquanto tempo/espaço de transição. Entende-se o acampamento também como um território dissidente, cinde com o projeto de campo do Estado e das classes hegemônicas. O acampamento é um *devir* em construção, uma utopia em movimento. Trata-se de uma resistência cotidiana grafada no espaço, em que a ação coletiva emancipatória procura reestruturar, reorganizar o espaço.

Por isso, o acampamento produtivo Dom Tomás Balduino é um território dissidente duradouro, dado o enfrentamento das prerrogativas formais da propriedade privada capitalista. Souza (2013a), entende o território dissidente duradouro como aquele que promove reestruturações do espaço material, com imagens do lugar disputadas, circuitos econômicos alternativos instalados, redes espaciais de resistência constituídas. Esse território também se revela na instabilidade, no caráter explosivo, móvel.

Souza (2015) acrescenta que territórios dissidentes podem ser efêmeros, como o bloqueio de uma estrada, ou duradouros, como as ocupações de sem-teto, acampamentos de sem-terra. Nas ocupações e acampamentos há ações de resistência e reconstrução sócio-espacial, que se revelam nas redes locais, supralocais de apoio, cooperação e solidariedade, nas reestruturações de formas espaciais e objetos geográficos, como imóveis rurais improdutivos. Somado ao imbricamento de atividades econômicas, culturais/educativas, político/pedagógicas, em que homens e mulheres redefinem a si mesmos e o espaço material.

Os territórios dissidentes envolvem práticas espaciais insurgentes, entendidas como a práxis, o conjunto estruturado de ações para transformação da realidade (SOUZA, 2013a). Essas práticas remetem a apropriação e o controle do espaço pela presença física, pelo enfrentamento as prerrogativas formais da propriedade privada, pelo ajuste do substrato espacial as novas necessidades, pela construção de redes espaciais multiescalares de resistência, pelo confronto com os discursos, os símbolos, a cultura

hegemônica. Quanto ao território, neste artigo essa categoria é entendida como um campo de forças, definido e delimitado por e a partir de relações de poder (SOUZA, 2013a).

Frente a esses pressupostos, quais elementos concretos reforçam o caráter dissidente/produtivo do acampamento produtivo Dom Tomás Balduino? O objetivo deste texto é analisar o caráter dissidente/produtivo desse acampamento produtivo. Os resultados dessa pesquisa originam-se do projeto: “*O Campo Goiano: o avanço do capital e os desafios para o desenvolvimento da agricultura familiar camponesa*”, desenvolvido na Universidade Estadual de Goiás, pelo Programa de Mestrado Acadêmico em Geografia. O artigo está dividido em três seções: na primeira se discorre sobre a metodologia, na segunda à construção do acampamento é narrada pelos seus protagonistas, na terceira a atenção verte-se para a produção agroecológica.

Metodologia

A metodologia utilizada envolveu a coleta de dados e informações mediante pesquisa de campo, com uso do Diagnóstico Rural Participativo-DRP, especificamente da técnica da caminhada transversal. A isso se somou à observação sistemática da paisagem e o registro fotográfico. Adicionado à aplicação de entrevista focal, mediante formulário prévio elaborado. Brandão (2007) entende a pesquisa de campo como vivência subjetiva, contaminação com os sujeitos e seu espaço de reprodução social.

A caminhada transversal é o deslocamento pelas propriedades, acompanhado por membros da comunidade que possuem conhecimento ambiental e produtivo do lugar (SOUZA, 2016). Durante o percurso são desenvolvidas atividades em diferentes ambientes, com debate de diferentes problemáticas do espaço local, como aquelas concernentes a produção. A observação sistemática da paisagem como observação organizada, implica atenção do pesquisador com as relações, com a paisagem, com os acontecimentos do cotidiano banal (BRANDÃO, 2007).

Essa técnica é importante pelo cuidado com o que os sujeitos fazem, com a lógica que acompanha a produção. A entrevista focal estimula a participação dos entrevistados a versarem sobre temas específicos (MATOS & PÊSSOA, 2009). Sua opção se deu pela proximidade espacial das habitações dos acampados(as), maior abertura a diálogos coletivos, contraposição de ideias e depoimentos durante suas falas. A fotografia foi compreendida como construtora de concepções, registros da realidade, portadora de

historicidade, temporalidade, agenciamento, interpelação, produção da realidade (SCHWARCZ, 2014).

A entrevista focal foi desenvolvida com aproximadamente doze camponeses(as) acampados adultos, em novembro de 2020. Na oportunidade foram interpelados sobre suas trajetórias socioespaciais, a constituição do acampamento, o acordo pactuado com o Estado, as formas de produção, comercialização articuladas, as ameaças sofridas, as expectativas e sonhos para o futuro. Na menção aos entrevistados(as) se adotou nomes fictícios, tendo em vista a preservação da integridade deles. Já os depoimentos foram apresentados, devido a autorização dos interlocutores. A caminhada transversal aconteceu com acompanhamento do setor de produção do acampamento. O coordenador local apresentou as áreas de cultivo, as culturas cultivadas, os tipos de sementes, de adubação.

No deslocamento ele mediou o diálogo entre o pesquisador e as famílias acampadas. Na caminhada transversal se procedeu a observação sistemática da paisagem. O pesquisador se atentou para o manejo do solo, para a agrobiodiversidade, para a ciclagem de nutrientes, as sinergias, em suma, a produção agroecológica. Tais aspectos foram objeto de registro fotográfico. A pesquisa documental envolveu a consulta do documento de comodato tecido entre o proprietário do imóvel e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra-MST, somado a resolução e a portaria emitida pelo Estado para aquisição da área. A pesquisa bibliográfica ocorreu com a localização, levantamento, leitura e fichamento de referências. Os dados e informações foram tabulados, transcritos e apresentados em depoimentos, fotografias e no próprio texto.

Acampamento produtivo Dom Tomás Balduino: A narrativa dos protagonistas

No Brasil a reforma agrária não é uma política propositiva do Estado, mas uma resposta a pressão social (OLIVEIRA, 2007). Na segunda década do século XXI, sobretudo no governo Bolsonaro, a prioridade absoluta é o agronegócio, com ações violentas, fascistizadas dirigidas aos movimentos sociais, somado ao aprofundamento da contrarreforma agrária (ALENTEJANO, 2020). Quanto ao acampamento produtivo Dom Tomás Balduino, ele é proveniente da ocupação da fazenda Santa Mônica. A sua desocupação aconteceu com o pacto de assentamento das famílias em três meses nas fazendas Crixá, Cangalha, Maltizaria, Laranjeira e Porteirinha em Formosa-GO. A acampada Leonilda narra o acordo estabelecido com o INCRA:

Foi assim [...], quando foi prá gerá a vinda prá cá foi feito várias reunião entre o dono da fazenda. Primeiro foi feita a reunião entre o dono da fazenda e o INCRA, [...] essa fazenda foi colocada no edital. Na época o INCRA tava procurando fazenda no edital, que nós já estava na segunda ocupação da Santa Mônica, que gerô essa procura. Prá gente saí de dentro da Santa Mônica, como o Eunício era o Senador e tinha o poder na mão, gerô também esse processo, que foram acordos feito pra tirá nós de Corumbá. Que nós safa de dentro da Santa Mônica, ia prá Corumbá, igual a gente fez, mas de lá a gente retornaria prá Santa Mônica, era só tê o prazo vencido nós retornaria. Através disso houve esse acordo no edital. O INCRA procurou o dono da fazenda, tiverô os acordo, procurô o movimento, a partir disso a gente foi sentá. Foi feito os comodatos, dessas reunião foi feito o primeiro comodato, que seria de três meses só. [...] Por quê com três meses seria assentado. Só que[...] o dono daqui morreu, que foi o Sr. Mauricio Bicalho. Então a partir daí gerô uma briga, porque ele era casado [...] e em total separação de bens. Então, antes dele morrerê, [...] prá ela [*a esposa*] tê direito à herança ele colocou ela como inventariante junto com os filhos. Então ela acabô tendo um poder e o advogado, [...], na época junto com ele, eles não queriam que isso aqui virasse assentamento [...]. Então virô uma briga entre eles e sentô nesse processo durante dois ano. Ela embargou judicialmente, a viúva, porque ela tinha esse direito[...]. Só que nisso os dois filhos mais velhos [...], eles entraram na justiça e conseguiram derrubar o processo. Aí assumiram a representação, então a partir disso que o processo voltô a andá [...]. Aí nessa época que veio da Santa Mônica, que foi feito o acordo, o INCRA junto com o tesouro nacional fez a retirada de R\$100 milhões em títulos de Dívida Agrária-TDA, do valor do orçamento do governo pra pagá essa fazenda aqui. Só que com essa confusão toda, com troca de governo, com a Dilma caíndo, assume o Temer e ganha o Bolsonaro, então esse dinheiro também sumiu. Esses título também desapareceu do mapa. Essa fazenda chegô í pô tesouro nacional pá sê pagá, o TDA. Então nessa conjuntura houve isso, agora os fazenderô dizem que não vende mais e o INCRA também não vai pagá porque não tem orçamento. [...] nesse imbróglio nós tivemos uma reunião no INCRA, na SR-28, da SR-28 nós fomos para SR-04 em Goiânia, o novo superintendente que está lá, ele questionô muito o Noemi, que sempre esteve à frente do nosso processo, que é o superintendente que mexe com a parte de obtenção de terra. Que não existe mais secretaria de obtenção de terras no estado de Goiás, nem em lugar nenhum, isso acabô também. Então houve esse questionamento, ele se comprometeu a investigar prá onde foi esse dinheiro. [...] Mas isso está em tramite, porque não é interesse deles assentá um monte de sem-terra. Ainda mais aqui pertinho de Brasília.

O depoimento expõe a constituição de um território, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (SOUZA, 2013a). A ocupação da fazenda Santa Mônica teceu um campo de forças classista macro-escalar. Os barracos de lona, as estradas vicinais não alteraram apenas o substrato material, atingiu a coalização de poder no governo Federal. Nesse campo de forças classista macro-escalar, o governo Dilma, impulsionado pela lógica da coalização de poder, negociou com o MST a desocupação da propriedade do senador Eunício Oliveira, aliado do executivo no congresso nacional.

O que impôs ao INCRA encontrar áreas suscetíveis de desapropriação. Segundo o Diário Oficial da União, de 03 de dezembro de 2015, a Superintendência Regional do

Incra-GO, em observação a decisão tomada na reunião de 16 de novembro de 2015, resolveu adquirir o imóvel rural, com área de 11.117,19 ha, denominado fazenda Crixá, Cangalha, Maltizaria, Laranjeiras e Porteirinha para criação de assentamento de reforma agrária, situado no município de Formosa. Consta da resolução que a compra atendeu metas do programa de reforma agrária, especificamente do plano de obtenção de terras Corumbá de Goiás e região de Formosa, autorizado pelo decreto nº 2.680, de 17 de julho de 1998 e pela instrução normativa nº 83/2015.

A resolução descreve que o imóvel possui características edafoclimáticas, localização e infraestruturas favoráveis a agropecuária. O valor acordado foi de R\$86.969.904,63 em que R\$ 74.171.374,65 foram convertidos em TDA para indenização da terra nua e R\$ 12.798.529,98 para pagamento das benfeitorias. Somado a isso, a Superintendência Regional do Incra-GO, pela portaria nº 7, de 12 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, resolveu adquirir o imóvel rural registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Formosa com as matrículas nº 59.577, 59.576, 59.566, 59.120, 30.497, 9.920 e 9.919 nos valores mencionados. O pagamento se daria em nome de Maurício Bicalho Dias no período de quinze anos.

A superintendência também solicitou providências a Diretoria de Obtenção de terras e Implantação de Assentamento e a Diretoria de Gestão Administrativa, para o lançamento dos TDAs nas formas previstas na legislação e responsabilização dos vendedores com pagamentos de encargos e obrigações trabalhistas. A CPT (2020) informa que em 2017, no governo Temer, as TDA's foram emitidas para pagamento, mas o recurso foi contingenciado. Houve um pacto do Estado com o MST para o assentamento de aproximadamente quinhentas famílias. A morte do proprietário do imóvel, o conflito intrafamiliar. Adicionado ao *impeachment* de Dilma Roussef, a ascensão de Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro cindiu esse pacto de poder.

Segundo Alentejano (2020), os governos Lula, Dilma, Temer buscaram dividir, cooptar, controlar os movimentos sociais, o governo Bolsonaro os qualifica como inimigos. Nessa conjuntura há a defesa da acumulação primitiva, com despejos, expulsões, autoritarismo. Segundo os interlocutores, a aproximadamente cinco anos eles aguardam nas três áreas do acampamento a desapropriação da área. As fazendas objeto de disputa são representação do caráter patrimonial, de reserva de valor, de uso da terra para mera especulação no Brasil (OLIVEIRA, 2007).

Isso fere o artigo 186 da Constituição Federal de 1988, que prescreve que a função social da terra é cumprida quando a propriedade rural atende o aproveitamento racional e adequado, o uso condizente dos recursos naturais e a preservação do ambiente, o respeito as disposições que regulam as relações trabalhistas, com promoção de bem-estar aos proprietários e aos trabalhadores. A observação sistemática da paisagem, o depoimento dos interlocutores depõe contra esse regramento jurídico. O imóvel é utilizado para especulação, para extração da renda da terra. Os acampados(as) mencionaram que desde a entrada na área encontraram as fazendas supracitadas em formação de capoeira.

Espécies do Cerrado ocupam o solo e sombreiam a braquiária esparsa. A pastagem degradada é arrendada para criação bovina. A crise de 2008 aumentou o caráter da terra como reserva de valor. O agronegócio, apoiado pelo crescimento da bancada ruralista, defendeu a ampliação dos estoques de terras, a incorporação e reincorporação de terras públicas, comunitárias ao mercado, com titulação dos assentamentos e destinação à exploração, a especulação (ALENTEJANO, 2020). Os acampados(as) descrevem o abandono de infraestruturas das fazendas. O Sr. Francisco assevera:

[...] Eles alugava, arrendava, mas não tinha o interesse de manutenção da área. Por exemplo, os bebedouro tá acabano, as cerca tá acabano, os pasto, seis, sete ano que eles num roça. Ou seja, eles estavam explorando o máximo do que tinha na perspectiva de passar para o INCRA sucateado. [...] as família que fosse, que tivesse aptidão de cria gado, eles ia tê a dificuldade, ia tê de reformar os pasto. Porque eles destruíram tudo na ganância do lucro.

O que se vê não é o aproveitamento racional e adequado da terra pelos proprietários. Mas sua condição de absenteístas, que extraem renda da terra absoluta pela posse privada do solo, em detrimento do interesse da coletividade. Nesse caso a renda obtida não resulta da concorrência entre proprietários capitalistas, mas do monopólio da terra. Isso atinge interesses coletivos, porque onera a sociedade com um tributo pago aos proprietários, o que eleva o preço dos produtos agropecuários (OLIVEIRA, 2007). Curiosamente, o recuo dos herdeiros quanto a venda do imóvel se soma a posição contemporânea do Estado brasileiro de suspensão da reforma agrária.

O governo de Jair Messias Bolsonaro, no seu primeiro ano paralisou a reforma agrária, não realizou nenhuma desapropriação, suspendeu a destinação de terras para criação de assentamentos, nomeou Luiz Antônio Nabhan Garcia como secretário da Secretaria de Assuntos Fundiários do INCRA, presidente licenciado da União Democrática Ruralista-UDR, organização patronal associada a práticas de combate a luta

pela terra e reforma agrária (ALENTEJANO, 2020). Conforme os interlocutores, o subsolo do imóvel também interessa a mineração. Já houve extração de minérios, embargada por ação de ambientalistas. Há pesquisas em curso, o que indica agentes com alvarás de autorização de pesquisa para estudos de viabilidade econômica da atividade.

Isso também é sintomático para a retração da venda do imóvel pelos proprietários. O governo Bolsonaro propôs facilitar os mecanismos de expansão da atividade minerária (ALENTEJANO, 2020). Proprietários de imóveis rurais têm direito, conforme a legislação brasileira, de participação nos resultados da lavra minerária na forma e valor que dispõe a lei. Conforme o Departamento de Produção Mineral-DNPM (2017), o município de Formosa possuía 41 alvarás de pesquisa expedidos. Além de 28 relatórios de pesquisa aprovados para extração de inúmeros minerais. Esses relatórios corresponderam a 19,5% daqueles aprovados no estado de Goiás. De acordo com o DNPM (2017), existiam 39 pedidos de lavra e extração efetiva de areia, água mineral, brita, calcário no município supracitado.

As famílias encaminhadas da fazenda Santa Mônica as fazendas Cangalha, Maltizaria, Porteirinha, Laranjeiras e Crixá pelo Estado brasileiro. Visto que o INCRA, por meio de edital em 2015, acordou a venda do imóvel com o seu proprietário, as mesmas famílias em 2020 são ameaçadas de despejo. Historicamente submetidas a violência sistemática, inerente ao funcionamento do sistema capitalista, objeto da violência subjetiva, visível na coerção física direta, submetidas a violência simbólica, aquela que ataca nossa casa do ser (ZIZEK, 2014), tais famílias também são vítimas da violência institucional.

O Estado brasileiro, ao deslocá-las para o imóvel supracitado sob a promessa de aquisição, ao descumprir a decisão expressa em resolução, prática a violência institucional. Age ao arripio do texto constitucional, ignora o cumprimento da função social da terra, o direito a reforma agrária. Isso coloca em xeque o Estado como guardião da lei, da justiça. Em contraposição, pode originar ações de justiça popular, em que há atos, ações, práticas para além da lei, dado a descrença com as instituições do Estado para promoção da justiça social, da democracia (FOCAULT, 1979).

Conforme Foucault (1979), nessas situações as massas não reconhecem os árbitros neutros, os guardiões da justiça, os vê como instrumentos do poder de classe. O reconhecimento do inimigo cinde os grilhões. Os sujeitos rompem com as instituições do

Estado, executam a justiça conforme os critérios da justiça popular. A oligarquia agrária utiliza historicamente a violência subjetiva, a grilagem para manter o controle histórico do campo. A CPT (2020) informou que aproximadamente trinta trabalhadores, contratados pelos proprietários da fazenda Cangalha, trabalhavam fortemente armados na limpeza de pastagens. O Sr. Leonildo narra o episódio:

No caso eles não estavam roçando a pastagem. Estavam roçando as entradas aqui com um belo de um trinta e oito na cintura. Cê já viu um gerente pegá uma foice e roçá? É um...prá mim é um pistoleiro. Um morenã que anda mais ele, que é o segurança dele. Roçá beira de corgô? Não, o cara tava roçando, era [como] um pretexto. Eles fazia questão de mostrá a arma, dexava a arma por baixo roçando o pasto. O pretexto dele é que tinha medo da onça. Que onça de dia? Já viu roçá pasto armado? [...] Acha que nós tem medo de arma.

A contradição no exercício de determinadas funções, o uso de objetos como possibilidade para execução de violência subjetiva soma-se a outras táticas de eliminação do território. No campo de forças os depoentes relatam situações no acampamento que envolvem desligamentos e cortes no fornecimento de água, soltura de rebanho bovino nas plantações, sujeitos não identificados rondando as mediações, infiltração, cooptação de membros do acampamento. Adicionado a notificação de desocupação, realizada pelo próprio proprietário do imóvel. A acampada Clarice expõem a situação:

[...] lá na área três, lá acontece que nossa água é lá na mina [...], parece que é uns doze quilômetros [...]. [...] Então é doze quilometro de mangueira. Aí o que acontece? Eles vão lá e desliga nossa água. [...] tem o registro que desce água prá nós. Aí vão lá e desliga. [...] Eles desemedam nossa mangueira, eles corta nossa mangueira. Então assim, é um dia inteiro, porque não tem como í de carro. Então quando falta água no acampamento é um dia inteiro. Nós já passo vinte dias, um mês sem água com essa briga de í lá liga [...]. Aí cê volta, quando cê vai lá, aí quando volta, [para o acampamento], a água não chegô ainda. Aí cê volta lá eles desligô. [...] Isso é água prá consumo, porque a nossa água que tem lá do rio não é consumível, a água não é potável. Então as cisterna, cavamos cisterna lá, só que a água também é salobra [...]. Então a única água que nós temos de consumo lá é essa e eles faz isso com nós [...]. Eles também não respeitam a nossa área. Não sei sí aconteceu nas outras áreas, não respeita os limites. Lá na área três tevê um ano que eles atravessô o gado dentro do acampamento. O gado pisoteou a plantação de todo mundo. [...] A gente foi falá né, pediu prá eles não fazê aquilo né, que tava passando dentro da plantação. Eles falô prá nós que nós não era dono daquilo ali não. Nós "tava pegano o boi" de ficar alí dentro. Nós não tinha que reclamá. [...] Cabô, teve plantação que eles passô com uma manada de gado lá dentro.

O que se vê é uma guerra de baixa intensidade (FOCAULT, 1979), com tensionamento psicológico cotidiano, parte dos estratagemas dos latifundiários para explodir a violência divina. A fúria dos acampados(as) justificaria tipificá-los de

vândalos, bárbaros. Na guerra de classes o desafio é ler as estratégias postas no tabuleiro, para não ser presa fácil do jogo orquestrado pela oligarquia agrária. Os limites não são inocentes (RAFFESTIN, 1993), cortar a cerca, ocupar, acampar no latifúndio, do mesmo modo que cercar o acampamento, eliminar sua possibilidade de manutenção, romper os limites acordados compõem o campo de forças, o “*cabo de guerra*” instalado.

A formação de base é um importante instrumento para o enfrentamento. Os interlocutores garantem que isso os municia para lidar com as provocações, com a guerra de baixa intensidade. Os funcionários da propriedade assumem o discurso e as práticas do opressor, se não o fazem são demitidos. Os depoentes declararam que um empregado foi demitido depois de dezessete anos de trabalho no imóvel, devido seu envolvimento amoroso com a filha de um sem-terra. O “*cabo de guerra*” envolve os usos e as apropriações da área, permitido pelo comodato realizado. O Sr. Leonildo esclarece:

[...] o gerente falou que estamos aqui de favor. [...] a gente tem o direito de tirá madeira aqui. Eles cortô nosso direito de tirá madeira prá gente arrumá nossos barraco. Um dia eu tava com a madeira lá, o homi quase num dexô eu trazê ela. [...] Ele queria que eu descesse uma carreta de madeira [...]. Eu falei: “*Não, essa aqui eu vou levá!!!!*” Nós teve uma discussão danada lá. Ele falô: “*Ceís mora lá de favô!!!*” Eu falei: “*De favô não, nós tem um documento de comodato garantindo a estadia lá dentro meu cumpanheiro!!!*” Aí ele largô eu prá lá e eu vim embora. Mas ele é bem atrevido, ele ameaça todo mundo [...].

O Estado, responsável pela presença dos acampados (as) na área não soluciona o conflito, abandona a política de reforma agrária. Em contraposição, deixa os acampados(as) à mercê dos mandos e desmandos dos proprietários, submetidos a violência simbólica e a violência subjetiva. A violência física é a estratégia historicamente utilizada pela oligarquia agrária para garantir o domínio no campo (FELICIANO & MIDIERO JÚNIOR, 2018). O Estado se torna partícipe da violência orquestrada contra os acampados(as), a barbárie, a acumulação primitiva não se realiza sem sua conveniência. Frente a isso os acampados(as) reagem com práticas espaciais insurgentes, (SOUZA, 2013b), com a produção agroecológica, objeto de atenção do próximo item.

Acampamento produtivo Dom Tomás Balduino: plantar, comer, fornecer alimentos à sociedade

O acampamento Dom Tomás Balduino é um território dissidente produtivo porque o substrato material ocupado, entendido como o conjunto de condições naturais geológicas, que também se consubstancia como primeira e segunda natureza,

(SOUZA, 2013b), foi reestruturado, refuncionalizado. O ambiente construído, a materialidade socialmente produzida o tornou um espaço social produtivo. O que se vê na paisagem não são apenas barracos e estradas vicinais que os conectam, próprio dos acampamentos não produtivos. Mas hortas familiares e coletivas, plantio de grãos, criação de pequenos animais, hortos de plantas medicinais, armazéns de grãos, quintais agrobiodiversos (foto 1).

Foto 1: Brasil – estado de Goiás – Acampamento produtivo Dom Tomás Balduino – Mosaico da produção camponesa: combinações e complementariedades-2020.



Autor: SILVA, Edson B. da. nov. de 2020.

Na área 2, como se nota na foto 1, todo o espaço é utilizado para cultivo e criação, exceto uma porção diminuta com afloramento rochoso. Os acampados(as) plantam e criam para autoconsumo, também fornecem alimentos a sociedade, sobretudo a classe trabalhadora urbana precarizada. O Sr. Leonildo discorre sobre a questão:

A produção em geral a gente planta arroz, feijão, mandioca, amendoim, quiabo, jiló, gergelim, batata doce, milho, abóbora, mamão, hortaliças, (alface, tomate, repolho, couve, rúcula, pimentão, pepino, cebola de folha, coentro), urucum, cana. De tudo [...] nós fazemos aqui dentro, de tudo. E nós todo ano

faz um coletivo de plantá feijão aqui. No coletivo nós arruma um grupo, que trabaia em coletivo ali, todo mundo junto aí. Trabaia na base de mutirão também, as veíz a sua roça, em comparação tá suja, a gente vê que tá muito suja. A gente arruma o pessoal tudo e limpa [...]. É como diz o otô, o sustento das nossas famía aqui dentro é a produção que a gente cultiva e é o que nós comê. Aí sobra alguma coisa prá gente vende prá compra otô tipo de produto. Porco, galinha, pato é os tipo de criação que nós tem aqui dentro. Porque nós veí pras área, nós não pôde cria animal de grande porte. Se nós cria vaca aqui dentro onde é que nós vamos prantá? Nossa área é muito pequena.

A foto 1 revela combinações, complementariedades, elementos da racionalidade econômica camponesa. As sementes crioulas armazenadas são usadas para o cultivo de cereais (imagem 1). O plantio (imagens 2 e 3), o armazenamento (imagem 4), fornecem possibilidade de novo cultivo, disponibiliza alimentos aos acampados(as) e as suas criações animais (imagem 5 e 6). A agrobiodiversidade, concebida como diversidade biológica/cultural que se retroalimenta, condição para a vida e a construção de agroecossistemas sustentáveis no campo (MACHADO, 2012), se materializa na policultura para o autoconsumo com comercialização de excedente.

A monocultura de pastagens foi substituída por cultivos sem agrotóxicos, fertilizantes químicos, sementes transgênicas, realizados com complexificação das relações inter, intra espécies. O Sr. Leonildo relata: *“Aqui nós trabaiamô com a semente crioula. Essa semente que nós mesmo produz ela. A “praga” nós faíz o próprio remédio da pranta, nós faíz o combate nas “pragas”[...]. O adubo aqui, nós num usa adubo aqui. Nós num usamô adubo.”*

Outros interlocutores contestam, mencionam o uso de adubos verdes. Também utilizam o gergelim, o cravo de defunto como barreira de proteção contra as “espécies-praga” e produzem caldas naturais de fumo, nim, mamona e de espécies do Cerrado como o *“pai de cobra”*, inseticida natural para o controle de formigas. As relações de ajuda mútua, entendida como forma espontânea coletiva de auxílio no trabalho, sustentada num código moral de reciprocidade, com auxílios familiares mútuos (SANTOS, 1984), representa um pacto de poder local que fortalece esse território dissidente.

A produção era regulada pelo Aditivo ao Instrumento Particular de Comodato de Fração de Bem Imóvel Rural (2015), já expirado, tecido entre o entre o proprietário Mauricio Bicalho, o MST tendo o INCRA como interveniente. Esse contrato destinou 159,16 hectares as famílias divididas em três áreas (SILVA, 2018). Conforme o autor, na área 1 foram autorizados o uso de 34,5 ha, na 2, 75,2 e na área 3, 50,9 ha. Isso permitiu o plantio de culturas de ciclo curto e perfuração de cisternas. Os depoentes avaliam que, a

despeito de permitir a produção, o contrato impossibilitou o uso de outros preceitos legais, como a lei de usucapião. O que se vê no acampamento é um território dissidente duradouro, com a produção desenvolvida segundo os princípios, conceitos e condutas inteligentes da agroecologia. O Sr. Francisco acrescenta:

[A] produção nossa é basicamente hoje, [...] dentro da filosofia de resistência e alimento para as famílias que estão aqui dentro. Lucro muito pouquinho porque não tem as condições, mas nós produzimos de abóbora, quiabo, jiló, de tudo um pouquinho. Mandioca com mais escala para farinha e polvilho. Consegue [vender] aqui interno, externo, tem as feiras nossas do movimento, as feiras anuais em São Paulo. Mas têm dois anos que nós não conseguimos porque o Doria [governador] não deixa, ou [vende nas] feiras em Formosa.

A área exígua, a ausência de políticas públicas dificulta a produção agroecológica. Mas sua realização fortalece a soberania alimentar. O alimento é entendido como direito humano, sua produção e distribuição como questão de soberania popular e nacional, produzido de modo adequado ao bioma, com controle do processo produtivo e ruptura com o mercado agrícola conduzido pelas corporações multinacionais, com fortalecimento dos regimes alimentares locais e do comércio transparente, com controle das sementes, da água, da terra (CARVALHO & STÉDILE, 2012). Em contraposição, no Brasil assiste-se à ampliação da insegurança alimentar, com a escassez de alimentos básicos referendada pelo Estado (ALENTEJANO, 2020).

O acampamento produtivo Dom Tomás Balduino, como território dissidente, também oportuniza a constituição de redes de comercialização alternativas. Nele a agroecologia se efetiva como prática, movimento e ciência (SILVA & SOUZA, 2019). Como prática social relaciona-se ao uso de técnicas, conhecimentos que conservam o solo, os bens naturais, promove a autonomia no uso de insumos e tecem redes alternativas, com reciprocidade ecológico-social. Como movimento se revela nos *agri-cultores*, que retomam o conhecimento empírico, aliados a agentes e movimentos que defendem a saúde coletiva, a justiça social, a soberania, a segurança alimentar e nutricional.

Como ciência se coloca como área de conhecimento científico interdisciplinar, para promoção e construção de agroecossistemas sustentáveis. Silva (2018) constatou que o MST reavaliou a constituição dos acampamentos na segunda década do séc. XXI. Os acampamentos produtivos de massa tiveram o intuito de formar os camponeses na matriz produtiva da agroecologia. Por isso o acampamento produtivo Dom Tomás Balduino aderiu a essa matriz produtiva. Desde seu início os camponeses (as) apreenderam

técnicas, princípios e conceitos da agroecologia. Foram desenvolvidos os Seminários de produção I e II, com discussão de cooperativismo, agroecologia, administração da produção. Somado à atuação do Sistema Nacional de Aprendizagem Rural-SENAR, com cursos de compostagem, olericultura, cultivo de bananeiras (SILVA, 2018).

Acrescenta-se as redes dissidentes locais, com intercambio de conhecimentos *campesino a campesino*. O campesinato possui conhecimentos geofísicos, biológicos, pedológicos, astronômicos (BASSOLS & TOLEDO, 2015). Segundo os autores, na terra esses sujeitos sociais retomam os conhecimentos coletivos, locais, experimentados e adequados aos ecossistemas locais. Por isso que sem reforma agrária não há agroecologia, sem agroecologia não há reforma agrária (ROSSET, 2002). Os acampamentos produtivos, os assentamentos agroecológicos são saltos fora do *de-senvolvimento* hegemônico. No acampamento produtivo Dom Tomás Balduino os camponeses promovem a agrobiodiversidade, com cultivo de inúmeras variedades de abóbora, como: goianinha, casca de jacaré, jacaré de pescoço, moranga. Silva (2018) também identificou as variedades baianinha, jacarezinho, menina, cabutia, moranguinho verde, jandaia.

Soma-se a isso o plantio de feijão crioulo das variedades jaulo, (roxo, rajado), carioca, catador, corujinha, preto e feijão de corda. Acrescenta-se os tipos carioquina, manteiga, gordo, sempre verde, roxão, jaulão, fradinho, fogo na serra, fígado de galinha, fava pintada, fava branca e feijão arroz (SILVA, 2018). Os interlocutores também mencionaram o plantio do milho crioulo caiena, sol do amanhecer, hibra, pamonheiro. Adiciona-se as variedades de amendoim vermelho, pampa, amarelo, preto, roxo e miúdo.

Além dos tipos de mandioca pão, cacau, cacau roxa, água morna, amarelinha, rosa, vassourinha, vassourona, japonesinha, sabará, buriti e roxa. O cultivo das pimentas malagueta (calabresa, malaguetinha, malaguetona, malagueta normal), passarinho, bode, vermelha, cumari, dedo de moça (SILVA, 2018). As culturas de arroz (bico ganga, agulhinha, esmeralda), de tomate (cereja e tapera), de cana (roxa, caiana [roxa, chita, amarela, branca e argentina]). Adicionado a banana (pacová, maçã, maçã argentina, prata, nanica e marmelo), a batata doce (beterraba e roxa), o quiabo, maracujá, taioba, maxixe, jiló (pequeno e gigante), cará, inhame, gergelim, abacaxi, cabaça, cará, mamão e sorgo.

No acampamento produtivo esses sujeitos também retomam a medicina popular, com saberes biológicos/etnotaxonômicos, guardados na memória de sujeitos que são bibliotecas orais do grupo (SILVA, 2018). A acampada Fernanda esclarece: “*Falando da*

medicação, aqui tem o horto, que é uma horta só de plantas medicinais, em todas as áreas tem. Que é um projeto que nós fizemô, então tem o horto, que é plantas medicinais.” Silva (2018) identificou as seguintes espécies medicinais cultivadas pelos acampados(as): arruda, alecrim, babosa, losma, sete dor, tanchagem, erva santa maria, hortelã, erva doce, manjerição, capim cidreira, guiné, bálsamo, algodão e gengibre.

Segundo relato das famílias, as plantas medicinais solucionam febre, diarreia, gripe, diabetes. Nesse território o que se assiste são práticas espaciais insurgentes. De acordo com Souza (2015), práticas espaciais insurgentes são aquelas materializadas em ações e processos de resistência, de reconstrução socioespacial, com construção de redes locais e extra locais de apoio, cooperação, solidariedade, comercialização alternativa. Somado a manifestações de descontentamento, protesto, desejo de emancipação. Com produção de espaços refuncionalizados, reestruturados. São práticas que criam dissidências, expressões de outra sociedade frente a sociedade instituída. A acampada Leonilda revela elementos dessas práticas espaciais insurgentes:

Desses nossos feijão. [...] Nós tivemô uma grande colheita de feijão aqui orgânico. Mas como nós não podemos falá que é orgânico, porque nós não temos o selo [...]. [...] Esse feijão nosso uma parte dele foi vendida. A CPT comprou uma parte de alguns companheiros [...]. Foi feito cesta para serem doadas pela igreja. [...] outra parte foi comprada e outras nós duamos pelo próprio movimento. E o movimento colocou nas cestas, aonde foi doado na periferia viva de Goiânia. Então, além da gente plantá para o nosso sustento, plantá para matar a fome de outras pessoas, que a gente fez prá cê doada. [...] a gente fez doação em Formosa, [...]. Fizemô um grande ato em frente à igreja católica [*de Formosa*]. Todo ano nós faz esse ato. De quando nós chegamô aqui. O nosso propósito. A gente plantá. Quando a gente colhê, que tem aquele excedente, que começa bastante coisa, bastante quiabo, então colhe aquilo alí tudinho, que a gente não usa tudo, a gente faz essa doação [...]. Esse ano, [2020], [...] doamos muito alimento em frente à igreja. Doamo muito feijão e muitas verduras e muitas leguminosas. Então a gente trabalha nesse sentido. Porque esse assentamento aqui, quando ele foi projetado [...]. [...] ele está registrado para virar um assentamento modelo de agroecologia.

O acampamento como território dissidente expressa outro projeto de produção de alimentos. O descontentamento e o desejo de autonomia dos impérios agroalimentares movem a construção de redes dissidentes de apoio, solidariedade, cooperação, de comercialização alternativa extra local, com criação da unidade campo-cidade. Os depoentes relatam entrega direta de polvilho e farinha sob encomenda, especificamente para consumidores em Brasília, Formosa, Goiânia, Anápolis pelo valor aproximado de R\$6,00 a R\$8,00 o quilo. Também mencionaram doações recebidas de vestuário e

protestaram contra o preconceito, arregimentado inclusive por meios de comunicação locais, que os tipificaram de desocupados. Leonilda expõe:

A situação nossa em Formosa é assim... A mãe dela sempre fez, acho que foi uma das primeiras companheiras a fazer feira aqui em Formosa. A mãe dela e outros companheiro da área 1 [...]. Eles começaram a fazer feira, só que no começo em Formosa e até pouco tempo [...]. O preconceito é muito grande com nossa mercadoria. O preconceito, assim, se você chegá, principalmente nas feiras, tanto que um dia eu ouvi um cara falá no rádio [*emissora de rádio do município de Formosa*], porque nós tinha ido pedi uma área prá gente coloca nossos produto à venda. E teve um debate na rádio e esse nosso pedido, [...], não sei como alguém falo dele na rádio. Um radialista, [...] falô que tinha de joga nós: “*Tem de jogá aquele bando de desocupado lá po final da rua, porque como é que nós vamô pegá, nós paga imposto e tudo, nós vai trazê eles pá coloca numa feira em frente, perto de nós. Pra nos prejudica nós vende. Isso não é justo, tem que bota eles lá po final da rua.*” E num foi só nós, isso eu percebi que é em todos nossos companheiro que são assentado, que tem por aqui [...]. Só que eles não têm a cara de pau que nós temos, de í atrás, de enfrenta [...]!!! Se não aceita de um jeito, nós pega a mercadoria e põe lá, se nós não vende ela, nós doa ela!!! Mas pelo menos desafia!!! Nós faíz, porque nós precisa mostrá!!! Igual, tava um projeto de nós fazê uma feira uma vez por mês só em frente à praça da igreja. Embargô que não pôde de jeito nenhum. [...] A prefeitura diz que não pode, porque vai comprá uma briga com os feirantes, então num pode isso. Então ela, [*a prefeitura*] arrumo lá prá nós. É prá nós e lá e toma posse do ponto. Um ponto pras três áreas na feira de domingo. Vamô toma posse agora. Nessa outra que é de quarta-feira, a gente sempre teve acesso a ela, no Jardim Califórnia, que onde nós tá agora. Aí a gente retornô porque a gente fez um projeto com a CPT, a CPT nos ajudô com algumas coisa. Então nós precisa mostrá que o projeto funciona e começamo com as cesta, que a gente começo a vendê. Então nós não tinha um local prá chega e montá a cesta. Aí o que eu falei com as minina: “*Nós vamô arruma um local. Nós vamô prá feira do Jardim Califórnia. Além de nós fazê a feira, mostrá os nossos produto, lá nós vira um ponto de referência pros companheiro í retirá as cestas.*” Foi assim que a gente começô, eu, o companheiro, a companheira e o companheiro alí [...]. Nós falamô, nós vamô e vai dá certo!!! O primeiro dia nós foi e ocupo a casa do companheiro, ocupamô a casa do Maurélio [*professor*] [...]. Aí nós sentô de novo aqui os três, a companheira tava no grupo com nós. Avaliamo que na casa do professor não ia dar certo. [...] Construimo para alugá uma casa, ficava complicado. Aí eu falei: “*nós já tem o lugá, a feira do jardim Califórnia. Nós vai bota uma banca lá, constrói o local e lá nós pode montá as banca, enquanto a pessoa retira a cesta, nós tá vendeno nossos produto.*” [...] agora já começamo, os companheiro da área 3 também já foi junto com nós. E nisso nós vai construí prá inseri todos no local. Além da gente fazê a cesta, a gente faz o nosso debate.

“*Sem-terra*” é também apropriado de modo ideológico pelas classes hegemônicas, sobretudo pela oligarquia agrária para tipificação dos camponeses acampados e assentados como tomadores de bem alheio. Nos municípios goianos é corriqueiro no imaginário social a menção aos assentados de reforma agrária como “posseiros.” O *habitus* de enfrentamento (ALMEIDA, 2006), dos camponeses organizados pelo MST instala um campo de forças classista. O debate do projeto de sociedade se desloca para o

urbano, se revela no conflito com instâncias do Estado, na localização adequada nas feiras livres, na construção de feiras da agricultura camponesa. Nesse campo de forças se tece arcos de poder de apoio e solidariedade de sujeitos sociais, entidades e consumidores.

O território dissidente materializa redes alternativas de comercialização, organizadas, por exemplo, em grupos do aplicativo *WhatsApp*. O território dissidente zonal, materializado no acampamento construído nas fazendas ocupadas, conforma-se em território dissidente-rede contra hegemônico, com pontos de comercialização em feiras livres, uso e apropriação de aplicativos de rede informacional para comercialização. O grupo de comercialização de cestas agroecológicas do acampamento Dom Tomás Balduino, denominado: “*Cestas Dom Tomás Balduino*” contém quarenta sete participantes. Deles, três são acampados(as). Eles, todas terças-feiras publicam os produtos disponíveis para comercialização. Os pedidos são realizados pelos consumidores no aplicativo e entregues as quartas-feiras na Feira do Jardim Califórnia, realizada das 7hs às 12 hs.

Comumente são disponibilizadas na cesta verduras, como: alface, (crespa, americana, repicada, roxa), tomate, pimentão, rúcula, couve (Kale frisada, normal), brócolis, acelga, repolho, cenoura, beterraba, salsa, coentro, rabanete, cebola de folha, mostarda, almeirão, pepino. Essas culturas olerícolas são produzidas nas hortas comunitárias, como a horta da área 2 (foto 2). Na foto 2 se observa a extensão da área cultivada, com as diversas culturas cultivadas e vendidas na cesta camponesa.

Foto 2: Brasil – estado de Goiás – Acampamento produtivo Dom Tomás Balduino – Mosaico da atividade de olerícola agroecológica-2020.



Autor: SILVA, Edson B. da. nov. de 2020.

Na cesta também são comercializados polvilho, farinha, quiabo, ovos, abobrinha de pescoço, pequi, maxixe, mel, pimenta de cheiro. Adiciona-se produtos da indústria artesanal camponesa, como: polvilho, farinha, açafraão, conservas de pequi com pimenta,

geleias de frutas nas variedades: maracujá, amora, cagaita, chocolate, tamarindo, abacaxi, cremes de pimenta picantes das variedades: vermelha, amarela, verde, suave (foto 3). Apesar de serem produtos agroecológicos, são vendidos pelo valor dos artigos convencionais, em algumas situações por preços inferiores. A produção das geleias e dos cremes (foto 3), é realizada pelo coletivo de mulheres: “Especiarias da Terra.”

Foto 3: Brasil – estado de Goiás – Acampamento produtivo Dom Tomás Balduino – Mosaico da produção agroecológica e da indústria artesanal camponesa-2020.



Autor: SILVA, Edson B. da. nov. de 2020.

A coordenadora Celina esclarece a fabricação dos produtos:

A geleia é a base de pectina [...], que é da própria casca do maracujá, mais a pimenta e o açúcar. E aí escolhe a fruta que quer, porque não é em si [o sabor do maracujá], porque maracujá só se quiser mesmo de maracujá. No caso da cagaita a gente usa a casca do maracujá, que é a pectina, a pimenta, o açúcar e a cagaita, a de abacaxi é do mesmo jeito. Escolhe o sabor que quer e todas vão a pectina, o açúcar e só. Já o creme é... Ele vai o óleo vegetal e vai as pimentas. Os amarelos é nas pimenta amarela e vermelha. O verde é somente a pimenta verde [...]. Se for suave é as pimenta que arde menos, se for picante é as mais ardente [...]. E as extra picante que é aquelas chamada de “saco de velho”, aquelas mais picante possível. E aí o controle da acidez é o vinagre, a gente controla um pouco com as pimenta e tira o ardido e conserva com o vinagre. Se a gente tem plantio de vinagre, dá para usá aquelas frutinha. Se não tem,

por exemplo, que tá escasso, aí a gente utiliza mesmo o vinagre do mercado. Infelizmente a gente utiliza o vinagre, porque é um dos produto que a gente usa. É o vinagre e o açúcar que é industrializado, o restante é tudo natural. Aí colhe nas hortas né, coentro, cebolinha é só isso que vai isso aqui.

A foto 3 expõe o controle do processo produtivo da mercadoria camponesa. O cultivo de mandiocas (imagem 1) destina-se a comercialização *in natura*, a fabricação de polvilho e farinha (imagem 2). Os quintais agrobiodiversos (imagens 3, 4 e 5) permitem a produção para o autoconsumo, a elaboração de produtos artesanais, como os cremes, as geleias e as conservas, vendidas nos canais de comercialização alternativos. Esses provêm de disputas e experiências pretéritas.

Os entrevistados relataram a construção de uma barraca para comercialização as margens da GO-116, localização marginal na feira livre de domingo em Formosa, realizada das 7 hs às 12 hs. A despeito disso, a cesta camponesa mantém desafios como: arregimentação das famílias acampadas, planejamento da produção, manutenção das redes de cooperação e solidariedade de consumidores, custos logísticos de deslocamento, defesa de outro projeto de produção de alimentos, violência institucional e tratamento subalternizado dos acampados(as)/feirantes pelo poder público. Leonilda argumenta:

O problema [...] com a cesta é porque a gente se desafiou, sabe? Mas ainda dentro das nossas próprias famílias [...] é complicado. As pessoas vê aquele desafio de extrema necessidade no momento. Então é um desafio que a gente tá fazendo. Tem dia que a gente fala: “*olha num vai dá essa semana!!!*” Mas aí a gente vai. Nós fala assim: “*nóis tem que í com o que nóis temos e temos que por lá o que nós temos!!! E í conversá com os companheiros pra continuá nus apoiando nesse desafio!!!*” A gente vende tudo. As distância é longe. Então as vezes a gente vai levá prá vendê, num compensa nem a gasolina que a gente vai gastá. Mas devido à situação que nós estamos é o nosso desafio. [...] Nós tem que fazê isso, porque lá é onde nós vamô mostra!!! [...] As pessoas que tá lá já começô nos vê. Já começô fazê debate. Hora que tem uma pessoa que é um prefeito, vai lá, que é um secretário a gente tá ali, a gente tá ali mostrando, porque o nosso desafio agora é esse. Porque nós não temos documento. [...] desde quando nós chegô aqui, nós nunca conseguimos tê ajuda da prefeitura prá nada!!!! Nada!!! Em termos de produção a prefeitura nunca nos ajudô em nada!!!! Nenhum tipo de assistência!!! Quando você vai atrás, que vai falá, que você questiona, que você fala. “*Olha, aquelas pessoas é daqui. Eles precisam disso. Eles são cidadão, são direito eles tá lá.*” A prefeitura diz: “*mas infelizmente nós não podemos fazê nada, porque nós não temos DAP.*” Então tudo que essas famílias têm. Que você anda hoje nas três área. Tudo que essas família planta. Tudo que tá arado aqui ôhhh!!! Foi tirado de um dia prá comprá o alimento prá quem tem filho. Prá fazê isso aí, prá produzi. Porque nós num ganha uma hora de trator sequer. Se tem, nós temos que ralá e corre atrás e conquistá o dinheiro prá fazê. Tudo aqui é investimento próprio nosso, não temos ajuda de ninguém, de nada!!!!

A violência institucional permeia o Estado. O poder público de Formosa transfere a responsabilidade para o governo federal, vê os acampados(as) como problema do INCRA. Esse instituto, que encaminhou os acampados(as) para o imóvel, emitiu resolução e portaria de aquisição da terra, os deixa à mercê da violência simbólica, subjetiva da oligarquia agrária. O abandono, a subalternização se revelam na manutenção das estradas vicinais para o acampamento. O último concerto ocorreu em 2015, requerimentos sucessivos foram efetuados sem sucesso. A infraestrutura inadequada danifica os veículos utilitários e promove dificuldades para comercialização da produção.

A violência se expressa também na proposta de educação. A educação urbana, descontextualizada do projeto camponês, soma-se a precariedade do transporte escolar. Os depoentes relataram os longos períodos das crianças e jovens no ônibus, seu mau estado de conservação, a constante manutenção, com falta de equipamentos de segurança, o que resulta em faltas à escola, além do transporte de materiais impróprios. A ausência continua resulta em notificação dos pais. A denúncia da prefeitura a Vara da Infância e Juventude não tem solucionado a questão.

Os entrevistados, apesar disso, constroem alianças com a sociedade, tanto com as organizações sindicais, os partidos progressistas, quanto com a classe trabalhadora urbana precarizada. Pactos de poder os fortalecem dentro da conjuntura de negação da reforma agrária. Os depoentes revelam tenacidade em defesa dessa política pública. Como mencionam: *“estamos lutando com unhas e dentes.”* Sabem da inviabilidade da cidade para os precarizados: *“na cidade o pessoal tá morrendo tudo de fome.”*

No entendimento deles os centros urbanos não são mais o lugar das oportunidades. Suas experiências socioespaciais como vendedores ambulantes, cozinheiras, operadores de máquinas, cuidadoras de idosos, auxiliar de serviços gerais revelaram seu lugar social nela. A constante locomoção, o deslocamento de uma região para outra, de uma fazenda para outra (MARTINS, 1981) permeia a vida desses sujeitos. Como antigos residentes de municípios goianos (Anápolis, Goiânia, Alexânia), provenientes do Distrito Federal, Mato Grosso, Piauí, Maranhão seguem cultivando a utopia da terra de trabalho.

Cultivadores de revoluções feitas à mão, se levantam contra aqueles que não os deixam sonhar. Os depoentes mencionam o desejo de conquistar a terra, criar e reproduzir a família, produzir o próprio alimento, dar sentido a luta dos mártires da luta pela terra e pela reforma agrária. A herança da terra os impulsiona, mas desejam terra própria, sabem

do jugo que envolve viver em terra alheia. Como menciona Clarice: “*morá nas fazenda dos otô e sê mandada por patrão.*” Portam a ideia do sítio, do uso e apropriação do solo assentado na geografia camponesa (PAULINO, 2012). A Sr^a Márcia esclarece:

[...] Meu sonho é tá na minha terra. Porque eu fui criado em roça. Meus pai trabaiava de arrendo. Porque meu pai nunca teve uma terra. Ele trabaiava de arrendo, arrendava, né. Então eu fui criada cum meu pai. [...] E o único tempo que eu fiquei na cidade foi dez ano, porque eu fui prá Anápolis, né. [...] Eu vivia era de renda também, vendia enxovais e remédios naturais. Mas o sonho da terra nunca morreu. Tô aqui nessa luta a cinco ano, né. E a gente tem aquele sonho que a gente prantá. Igual a gente tá aqui, a gente num tem aquela segurança de prantá uma coisa, um sítio por exemplo. Umas frutífera mais igual laranja, mexerica, por exemplo. A gente num tem como a gente prantá porque num sabe se vai ficá aqui né. Então meu sonho é tê meu pedacinho de terra e fazê meu sitio. Quero fazê um sítio bem arrumadinho, sabe?

O depoimento revela que o espaço geográfico é constituinte e constituído pelos sujeitos sociais, ou seja, é um produto social e, ao mesmo tempo, condicionante da formação dos sujeitos sociais. Eles, estereotipados no discurso social como vândalos, vagabundos se revelam no acampamento Dom Tomás Balduino como homens e mulheres de pele queimada, mãos grossas da lida na terra (foto 4). Na foto 4 o camponês preparava o solo para plantio de mandioca. Conforme seu depoimento, naquela oportunidade aguardava a “*lua boa*” para semear o cultivo. Nos confessou que ainda jovem aprendeu esse conhecimento etnoastronômico. Numa determinada ocasião preparou a terra para o plantio, advertido por um adulto desacreditou do ensinamento. As mandiocas nasceram, cresceram, ficaram bonitas, mas não produziram boas raízes.

Foto 4: Brasil – estado de Goiás – Acampamento produtivo Dom Tomás Balduino- preparo da terra para o cultivo de culturas agrícolas-2020.



Autor: SILVA, Edson B. da. nov. de 2020.

Desde então só planta as “*ramas*” de mandioca entre a lua minguante e a lua nova. Esses camponeses(as) acampados carregam olhares cansados e, ao mesmo tempo, esperançosos. São *agri-cultores*, dominam o saber/fazer agropecuário (foto 4). Nos relatos recolhidos na caminhada transversal a menção a produção os faziam mover em direção a sacas de farinha, de polvilho, a garrafas de semente crioula, ao paiol de milho, ao galinheiro, ao chiqueiro, aos produtos da indústria artesanal. No gesticular de braços, nos passos apressados, na cabeça aprumada, no olhar entrecruzado ao do pesquisador a timidez, a desconfiança, o comportamento reticente inicial é substituído pela fala segura.

O camponês e a camponesa acampada que trabalham a terra e garantem o sustento da família sentem orgulho do que fazem. Sorrisos, indicações das galinhas, dos porcos criados, das plantações realizadas. Um ou outro “*estica*” o diálogo até um cultivo de mandioca, de abóbora. Com enxadão na mão *cavucam* a terra, abrem a folhagem, mostram com alegria a mandioca, a abóbora sadia no ponto de colheita. Manifesta-se a tríade terra-família-trabalho do campesinato brasileiro (ALMEIDA, 2006). A Sr.^a Margarida explica:

Meu sonho, como disse as companheira, [...] é conquista meu pedacinho de terra prá produzi meu alimento. Prá que eu não precise ir lá no mercado e ver um pacote de arroz que é R\$20,00 reais e meu dinheiro é só quinze. Aí eu vô tê que contá as moedinha prá interá os vinte prá pode comprá um pacote de arroz, entendeu? Meu sonho é esse, conquista meu pedacinho de terra, plantá, cria meus bicho. Prá não sê preciso í na cidade prá comprá nada pra mim comê e nem sustenta minha família e nem meus neto que venha mora comigo.

Os camponeses(as) plantam, criam para colher, comer e fornecer alimentos à sociedade. Na revolução feita a mão garantem o cumprimento da função social da terra e sonham com o direito ao alimento. Sabem que a comida se tornou mercadoria, inacessível aos precarizados do mundo. A experiência urbana precarizada, a fome, somada a vivência pretérita na terra os ensinou que terra é sinônimo de produção de alimentos, fundamentais a vida digna. Eles experimentam a dura realidade da contrarreforma agrária. O Estado brasileiro, ineficaz no controle do território é comandado por interesses dos grileiros, dos agentes do agronegócio (ALENTEJANO, 2020).

Considerações finais

Entende-se que os acampamentos são territórios dissidentes porque desafiam o sistema político-econômico vigente. O acampamento Dom Tomás Balduino representa a

cisão com o projeto de campo das classes hegemônicas apoiadas pelo Estado brasileiro. Nele o que se vê é a reestruturação, a reordenação do substrato material. As práticas espaciais insurgentes institui um campo de forças, levantes contra o uso da terra como reserva de valor. A (ina)ção do Estado efetiva a violência institucional, com paralisação da criação de assentamentos, instituição da contrarreforma agrária,

O Estado também endossa a violência subjetiva, simbólica. Os acampados(as), submetidos a uma guerra de baixa intensidade, um tensionamento psicológico cotidiano são humilhados, oprimidos, violentados. As instituições do Estado, controladas hegemonicamente por sujeitos com posições políticas reacionárias, conservadoras, atuam ao arpejo do texto constitucional. O direito à terra ocupa o banco dos réus, a especulação imobiliária é referendada. Os acampados(as) não reagem com a violência divina, pelo contrário, constroem e defendem outro projeto de produção de alimentos.

Não resistem, não lutam para continuar do mesmo modo. Cindem, experimentam, elaboram saltos fora do *de-senvolvimento*. Não discursam, praticam outro mundo possível aqui e agora. Instalam práticas espaciais insurgentes por meio da agrobiodiversidade, da soberania alimentar, da autonomia dos insumos, das relações de ajuda mútua, das redes intra, extra local de comércio. Seus territórios dissidentes tornam-se territórios-rede. Como cultivadores de utopias feitas à mão, levantam-se cotidianamente contra aqueles que não os deixam sonhar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Edunesp, 2006.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As políticas do governo Bolsonaro para o campo: a contrarreforma agrária em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, São Paulo, v. 16. n°. 29, p. 351 - 390, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege> Acesso em: 02 de dez. de 2020.

BASSOLS, Narciso Barrera; TOLEDO, Victor M. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 272 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade & Cultura**, Goiânia, v. 10, n°. 01, p. 11-27, jan/jun. 2007. Disponível em: <https://revistas.ufg.br>. Acesso em: 8 de dez. de 2020.

CARVALHO, Horácio Martins de; STEDILE, João Pedro. Soberania Alimentar. *In:* ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Salete et. al (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 714-723 p.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Comissão Pastoral da Terra Regional Goiás alerta para o risco de violência em acampamento no município de Formosa/GO**. Goiânia, CPT Goiás, 2020. 3 p. Disponível em: www.cptnacional.org.br Acesso em: 5 de dez. de 2020.

FELICIANO, Carlos Alberto; MITIDIERO JUNIOR, Marcos. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva de capital. **Okara: Geografia em debate**, João Pessoa, v.12, nº 2, p. 220-246, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br>. Acesso em: 9 de dez. de 2020.

FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, Rj: Editora Vozes, 2001. 318 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 295 p.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. Agrobiodiversidade. *In:* ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Salete et. al (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 46-50 p.

MARTINS, José de SOUZA. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981. 185 p.

MATOS, Patrícia Francisca de; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Observação e Entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. *In:* **Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação**. PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; RAMIRES, Júlio Cesar de Lima (org.). Uberlândia: Assis Editora, 2009. p. 279-291.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Desempenho do setor mineral-35 anos. Brasília: DNPM, 2017. 280 p. Acesso em: <https://www.gov.br> Acesso em: 05 de dez. de 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. 185 p.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. 437 p.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA-CASA CIVIL (subchefia de assuntos jurídicos). Constituição da república federativa do Brasil-1988. Brasília: Casa Civil, 1988. Acesso em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil> Acesso em: 06 de dez. de 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 266 p.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL-IMPrensa NACIONAL. **Diário Oficial da União**, Brasília, quinta-feira, 3 de dezembro de 2015, p. 78. Disponível em: <https://www.in.gov.br> Acesso em: 4 de dez. de 2020.

_____. **Diário Oficial da União**, Brasília, sexta-feira, 13 de maio de 2016, p. 171. Disponível em: <https://www.in.gov.br> Acesso em: 4 de dez. de 2020.

ROSSET, Peter. A agroecologia é o único meio que pode permitir que o pobre seja produtivo. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v.3, n° 3, p. 5-10, jul./set. de 2002. Disponível em: <http://www.emater.tche.br>. Acesso em: 9 de dez. de 2020.

SANTOS, Jose Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1984. 182 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 04, n° 02, p. 391-431, outubro de 2014. Disponível em: <http://www.sociologiaeantropologia.com.br> Acesso em: 4 de dez. de 2020.

SILVA, Edson Batista da. **Cercados e a contrapelo**: as expulsões e as reações camponesas à acumulação primitiva permanente em Goiás (1970-2015). 2018. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Instituto de Estudos Socioambientais, universidade Federal de Goiás, Goiânia, 21 de set. de 2018.

SILVA, Edson Batista da; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. Agroecologia e geografia agrária: aproximações a partir dos conceitos de território e campesinato. In: CHELOTTI, Marcelo Cervo; MARAFON, Glaucio José; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs.). **Temas em Geografia Rural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019. 27-46.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Território e (des) territorialização. In: **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013a, p. 77-110.

_____. Práticas espaciais. In: **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013a, p. 235-260.

_____. Cantariam eles “A Internacional”? Territórios dissidentes, práticas insurgentes e as contradições do hiperpreariado. In: **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes**: escritos de divulgação e análise política. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 185-194.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. Metodologias participativas em extensão universitária: o diagnóstico rural participativo (DRP). In: **Extensão Universitária: metodologias e experiências**. CARVALHO, Guido de Oliveira; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de (orgs.). Goiânia: Editora da PUC Goiás. p. 47-66.

TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMODATO DE
FRAÇÃO DE BEM IMÓVEL RURAL. **INCRA, SR-28**. Formosa, 25 de novembro de
2015, 11 p.

ZIZEK, Slavoj. **Violência**. São Paulo: Boitempo, 2014. 195 p.

Recebido em 01/03/2021. Aceito para publicação em 30/04/2021.
--